



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

ATA DE JULGAMENTO Nº 5879190/2020
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 3ª REGIÃO
SEGUNDA TURMA

ATA DE JULGAMENTO

ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2020.

Presidente da Sessão : Exmo. Sr. Dr. DES. FED. COTRIM GUIMARÃES

Representante do MPF: Dra. MARIA EMILIA MORAES DE ARAUJO

Secretário(a): MARCELO POÇO REIS

Às 14 horas, em ambiente exclusivamente eletrônico, com a participação do senhor Desembargador Federal Peixoto Junior, do senhor Desembargador Federal Cotrim Guimarães e do senhor Desembargador Federal Carlos Francisco foi aberta a sessão ordinária de julgamento, realizada na modalidade virtual, no módulo de julgamento do sistema PJ-e, nos termos das Portarias n.ºs 01, de 20 de janeiro de 2016, 02, de 21 de março de 2016 e 01, de 26 de fevereiro de 2018, da Presidência da Segunda Turma.

Manifestou-se a senhora Procuradora Regional da República, Dra. Maria Emilia Moraes de Araujo, via correio eletrônico, para ratificar os pareceres emitidos pelos representantes do Ministério Público Federal nos feitos incluídos em pauta e apresentados em mesa na sessão.

Encerrou-se a sessão às 14h10min, registrando-se, no módulo de julgamento do sistema PJ-e, 283 processos julgados e 2 processos com julgamento suspenso em virtude de pedido de vista (AI nº 5004376-55.2019.4.03.0000) ou de votação não-unânime (Apelação Cível nº 0008116-56.2016.4.03.6000), tendo sido os demais feitos retirados de pauta ou adiados para sessão posterior.

São Paulo, 17 de março de 2020.

DESEMBARGADOR FEDERAL COTRIM GUIMARÃES
Presidente da SEGUNDA TURMA

MARCELO POÇO REIS
Secretário da SEGUNDA TURMA



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Poco Reis, Diretor da Subsecretaria da 2ª Turma**, em 01/07/2020, às 12:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Paulo Cotrim Guimaraes, Desembargador Federal**, em 18/12/2020, às 16:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5879190** e o código CRC **96BE02A6**.